

Olhares cruzados Brasil/África no romance de hoje

Jean-Yves Mérian - Université de Rennes2 — Haute-Bretagne

Resumo:

O objeto do estudo é o confronto entre "Um Defeito de Cor" de Ana Maria Gonçalves e dois romances africanos de autores francófonos. O romance "Um Defeito de Cor" abrange quase o século 19 inteiro e ilustra o fluxo e refluxo entre a Bahia e o golfo da Guiné, que Pierre Verger estudou tanto de um ponto de vista sociológico como histórico. Ao mesmo tempo Florent Conao-Zoti, escritor do Benin, ilustra em "Les fantômes du Brésil" as difíceis relações entre os descendentes dos "agudas", os "brasileiros", ex-escravos ou descendentes de escravos retornados ao Benin e os habitantes de Ouidah, antigos traficantes de escravos. O guineense Tierno Monenembo, em "O Pelourinho" procura em Salvador da Bahia, numa viagem iniciática as suas raízes. Através do relato das principais personagens aparecem inextricáveis laços genealógicos que traduzem as relações ambíguas que separam a África das origens e a América da diáspora. Nesse estudo procuraremos desvendar os encontros e desencontros entre africanos da África e africanos da diáspora com a finalidade de apreender as imagens recíprocas da África e do Brasil.

Palavras-chave: Brasil; África; alteridade; imagens recíprocas

A presença da África na literatura brasileira foi constante a partir do século XIX principalmente nas obras dos escritores abolicionistas. Mas tratava-se de uma África mitificada, sonhada, um paraíso perdido por aqueles que tinham perdido a liberdade para serem deportados e explorados como escravos no Brasil. Nunca se dava a palavra àqueles que tinham sido as vítimas do comércio transoceânico. Não se abordava a problemática da captura dos escravos pelos próprios africanos, a consequência das guerras entre tribos e reinos que duraram durante séculos. Numa visão maniqueísta, os responsáveis da situação eram os brancos, portugueses, holandeses, franceses, ingleses...

A responsabilidade das elites africanas quase nunca aparecia. Da mesma forma, nos países africanos o tema da escravidão e do tráfico foi até bem pouco tempo um tema tabu. Os intelectuais e escritores preferiam denunciar o imperialismo colonialista europeu e eludir os temas que poderiam reacender as antigas rivalidades entre etnias que com dificuldade procuramos construir estados-nações e imaginar uma identidade cultural e nacional comum.

Porém este drama da escravidão não foi a única relação entre o Brasil, particularmente a Bahia, e a África ocidental, do Senegal até a Nigéria. Pierre Verger, na sua tese: ¹*Flux et reflux de la traite des esclaves entre le Golfe du Benin et Bahia de todos os Santos du 17ème au 19ème* (1968) e noutros estudos, Roger Bastide, Jean Ziegler, estudaram os laços fortes e complexos que existiram até o fim do século XIX entre os dois lados do Atlântico. Mais recentemente Alberto Costa e Silva publicou uma obra mestra: *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*².

¹ Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de todos os santos du dix-septième au dix-neuvième siècle* (Le monde d'outre-mer passé et présent, Paris, Mouton, 1968).

² Alberto Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

Numerosos foram os escravos libertos, negros ou mulatos que voltaram para o golfo da Guiné, de sua própria vontade ou deportados, como aconteceu depois do levante dos Malês em Salvador em 1835.

O mais conhecido foi incontestavelmente Francisco Félix de Souza, filho de um português e de uma cafuza, brasileiro de Salvador que chegou ao forte português de São João Batista da Ajudá (Ouidah) em 1812. Na chamada costa dos escravos, viveu, prosperou, procriou... Quando morreu, aos 95 anos, em 1849, era “chacha”, vice-rei de Ajudá, e conhecido como o mais próspero traficante de escravos do reino do Daomé.

Como ele milhares de brasileiros se instalaram em Ouidah, Porto Novo, Lomé, Cotonou, Abidjan, Lagos onde existem ainda hoje “bairros brasileiros” cuja arquitetura lembra a da Bahia. Pelos nomes de consonância portuguesa pode se constatar a grande descendência dos “brasileiros” que deram aos países da região presidentes, arcebispos e inúmeros dirigentes.

Qual é o olhar destes africanos de ascendência brasileira sobre o país dos seus antepassados? Qual é a memória desta comunidade que manteve uma identidade própria ao longo dos anos?

É certo que existe em Salvador da Bahia uma Casa do Benin desde 1988, mas o que é que existe além desta instituição simbólica, na memória coletiva dos “brasileiros” do golfo de Guiné? Quais são as representações literárias deste “fluxo e refluxo” estudado por Pierre Verger?

No Brasil, embora tenha havido como lembrei muitos estudos sobre as relações entre a Bahia e o golfo de Guiné escritos por etnólogos, sociólogos, historiadores – falta um estudo exaustivo sobre os “brasileiros” da Costa Guiné – o tema não inspire muitos escritores além de ³Antônio Olinto, nos anos 1970-1980.

Pareceu-me interessante interessante confrontar romances brasileiros e africanos para estudar os olhares cruzados dos dois lados do Atlântico.

São obras contemporâneas escritas em um momento interessante do debate sobre a questão do negro. No Brasil o movimento negro tem crescido muito a partir de 1978 e desde a instituição simbolicamente forte do “Dia da Consciência Negra”, em 20 de novembro 1997, o tema da igualdade racial, e do reconhecimento da Brasil como pluri-racial e multi-cultural é objeto de debates apaixonados.

No outro lado do Atlântico, o debate sobre a responsabilidade dos países europeus no tráfico e na escravidão durante quatro séculos não foi menos apaixonado. Na França, a escravidão foi declarada crime contra a humanidade, e existe agora, desde 2005, um dia da memória no 12 de maio, que lembra sob alguns aspectos o “Dia da Consciência Negra”. Este debate teve repercussões nas antigas colônias, do Senegal até os países do golfo da Guiné, onde o tema da escravidão e do tráfico, como já disse foi até recentemente um tema tabu e muito controvertido.

Para ilustrar a problemática da construção da identidade afro-brasileira escolhi o romance *Um defeito de cor* ⁴publicado por Ana Maria Gonçalves em 2006 e para ilustrar a problemática da presença, da memória do Brasil na construção da identidade africana na África ocidental, o romance do beninense Florent Couao-Zotti, *Les fantômes du Bresil*, 2005, e do guineense Tierno Monenembo, *Pelourinho*, publicado em 1995.

Como veremos, os três romances são muito diferentes, tanto no gênero como na forma; porém, têm vários pontos comuns na interrogação da memória para construir uma identidade individual e coletiva.

³ Antônio Olinto, *Casa d'agua*, Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1969 – *Rei do Keto*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1980.

⁴ Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 2006.

Como encarar no começo do século XXI, no caso de um afro-brasileiro, as relações passadas entre a África e o Brasil, avaliar o peso da memória da escravidão e as suas consequências na formação da identidade dos afro-brasileiros?

Como integrar na construção da identidade individual e coletiva nos países do golfo da Guiné o passado complicado e ambíguo, muito presente ainda na memória coletiva da escravidão na África, do comércio transoceânico dos escravos, e o papel dos “retornados” vindos da Bahia nesse comércio? Os “brasileiros” do Benin, em Dahomey, do Togo, do Ghana, da Costa do Marfim, da Nigéria, devem considerar-se, ou serem considerados como vítimas, ou atores conscientes do drama do tráfico? Como são percebidos os *Agoudas* (retornados), qual é a importância da memória brasileira na construção da identidade desta comunidade numerosa e influente nos países do Golfo da Guiné?

Será que eles são ou se consideram como africanos idênticos aqueles cujos antepassados nunca deixaram a África?

Ana Maria Gonçalves dedicou 950 páginas, em um romance histórico muito documentado, embora seja uma obra de ficção, para contar a história de Kehinde, mais tarde Luisa Gama no Brasil, que se estende pelo século XIX (1816 até o fim do Império).

A narração é memória, autobiografia, história de vida, análise da sociedade. A história se desenvolve sucessivamente no Dahomei, no Brasil e no fim no Dahomei e na Nigéria, e ilustra esta fluxo e refluxo entre a Bahia e o Golfo da Guiné estudado no plano histórico, etnológico e antropológico por Pierre Verger.

Este romance não é uma obra guiada ou inspirada por motivações militantes em relação com as reivindicações do movimento negro.

A escritora teve a preocupação de evitar a instrumentalização dos dramas do passado para alimentar o combate político atual pela igualdade racial.

Foi o interesse pelo levante dos Malês em 1835 que provocou o “estalo” de onde surgiu a figura de Kehinde, batizada com o nome de Luísa, ressurreição da figura de Luísa Mahin, ícone do levante dos Malês⁵. Esta mulher era provavelmente a mãe de Luís Gama, vendido como escravo pelo próprio pai, um português, para saldar dívidas de jogo.

Kehinde/Luísa não é Luísa Mahin, mas a ambigüidade é permanente. A narradora é uma personagem construída a partir de elementos ficcionais em um contexto muito documentado como convém em um romance histórico.

Ana Maria Gonçalves dá ao leitor as chaves necessárias para uma leitura crítica do romance. Nas entrevistas concedidas no momento da publicação ela insiste sobre as pesquisas minuciosas que precederam a construção do romance. Realidade e ficção se misturam numa alquimia fina para dar aos leitores o sentimento da verossimilhança, a impressão do real, embora a invenção lírica e a tendência a mitificação estejam frequentemente presentes.

Um defeito de cor é o relato da vida de uma mulher marcada pela escravidão. É um condensado de todas as situações que puderam acontecer a uma africana raptada por uma tribo inimiga e vendida como escrava, deportada para a Bahia e depois de inúmeras aventuras de volta à terra natal.

Ana Maria Gonçalves aborda o tema da responsabilidade da escravidão de uma forma muito lúcida, evitando todo maniqueísmo.

⁵ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil, a história do levante dos Malês*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

Em uma tese publicada em 2004, que provocou muita polêmica na França, o historiador Olivier Pétré-Grenouilleau⁶ mostra que apenas 2% dos cativos foram raptados pelos europeus. Durante séculos os cativos produzidos na África, eram fruto das guerras entre grupos étnicos inimigos. As elites controlaram e organizaram o tráfico, durante vários séculos.

Ele explica que não existia nenhum sentimento de identidade africana num mundo onde as barreiras étnicas e religiosas eram fortes e que a prática da escravidão entre africanos negros ou em direção aos países arabo-muçulmanos existia anteriormente, em grande escala, à chegada dos europeus, no século XVI, e que esta prática perdurou durante os séculos seguintes. Alias, a escravidão ainda existe, é tolerada hoje, na Mauritânia, no Mali e no Níger.

O centro do comércio dos escravos em Ouidah (África) era dirigida por uma administração comercial própria, entregue no começo do século XIX, pelo rei do Dahmey, a Francisco Félix de Souza, filho de um português da Bahia e de uma cafuza. Comandante do Forte da Ajuda ele ganhou, em 1818, do Rei Ghezo, o título de Chachá, vice-rei de Ouidah. O clã do Chachá dominou o comércio dos escravos até os anos 1870.

O papel do Chachá, e de seus descendentes, a figura do Rei Ghezo, protegido por sua guarda de amazonas negras, ocupam uma parte importante do romance de Ana Maria Gonçalves, principalmente no fim, já que Luísa se torna uma comerciante próspera e faz negócios com eles.

Luísa é uma testemunha lúcida e crítica das práticas cujos principais beneficiários eram as elites africanas. Este trabalho de memória é interessante no debate atual no Brasil, já que muitas obras insistiram muito sobre as responsabilidades dos europeus, no caso os portugueses e ignoraram ou limitaram as responsabilidades das elites africanas.

É, do mesmo ponto de vista uma contribuição importante para a recuperação de uma “verdade histórica”, necessária para a construção da identidade africana e da identidade afro-brasileira. Nunca aparece uma idealização da África. As cenas de guerra, de massacres, de rapto, de estupro, tanto no começo do romance, como no fim, são mais terríveis do que cenas mais bárbaras nas senzalas da Bahia ou depois do levante dos Malês em 1835. este romance dá a entender porque a nostalgia da África não é um sentimento geral entre os escravos africanos das plantações brasileiras.

Lembremos de passagem que o escritor angolano José Eduardo Agualusa tem um ponto de vista muito parecido em *Nação Crioula*⁷ (1997).

As memórias de Kehinde/Luísa são importantes para entender a nostalgia que os “retornados” sentem pelo Brasil, tanto em Ouidah como em Lagos. Eles não se misturam com os africanos do lugar que eles consideram como “bárbaros” ou “selvagens”. Termos muito presentes no fim do romance. Preferiam os casamentos endogâmicos, embora os homens tivessem aventuras e filhos ilegítimos com africanas. Reproduziam os comportamentos da sociedade brasileira. Na África, os afro-brasileiros não eram mais africanos, mas outra categoria de indivíduos. De fato “negritude” e “africanidade”, no romance não são noções assimiláveis.

Ana Maria Gonçalves aborda o tema da identidade sem ilusões sobre a profunda complexidade da questão, para os descendentes de escravos, negros e mulatos, dos dois lados do Atlântico. Os aspectos da identidade cultural e religiosa dos negros e mulatos no Brasil e na África são abordados com o mesmo sentido crítico.

Kehinde nasce e evolui em um meio profundamente marcado pelas crenças e os cultos africanos. A influência de avô, figura importante do candomblé, dos babalaôs, faz com que ela esteja

⁶ Olivier Pétré-Grenouilleau, *Traites négrières*, Col. Folio Histoires, Paris, Gallimard, 2004, p.91

⁷ José Eduardo Agualusa, *Nação Crioula*, TV Guia Editora, Lisboa, Dom Quixote, 1997

profundamente ligada ao mundo dos orixás. Porém, torna-se católica mas freqüenta os muçulmanos da Bahia ligados ao movimento dos Malês.

O sincretismo religioso e a miscigenação parecem ser uma solução aceitável para transcender as oposições inter-raciais e inter-étnicas, em uma sociedade tolerante onde possam coexistir defensores da negritude e defensores da mestiçagem. Uma identidade em construção onde porém a utopia prima.

Uma das filhas de Luísa, educada à francesa, uma bela mulata fruto de sua relação com um mulato anglo-africano, casa-se com um francês e vai morar na França. Não há, portanto, nenhuma construção identitária baseada na africanidade, nem na negritude, e pelo contrário a afirmação de uma identidade complexa tanto no plano étnico (mestiçagem) como no plano cultural (sincretismo religioso e participação pacífica no universo católico e animista).

Florent Couao-Zotti constrói seu romance *Les fantômes du Bresil*, a partir da hipótese da permanência de um conflito irredutível entre os Agoudas, escravos retornados da Bahia e os africanos da região de Ouidah cujos antepassados teriam vendido os antepassados dos Agoudas aos traficantes europeus.

Pela dedicatória do autor-narrador é evidente que ele mesmo reivindica suas origens Agoudá, o que vai influenciar a natureza mesma do romance.

O amor impossível entre Pierre e a bela Agouda Ana Maria - versão beninense de Romeu e Julieta - é de certa forma a representação simbólica da impossibilidade da união, da fusão entre os Agoudas e os descendentes dos africanos do reino de Daomé, hoje Benin e Togo, impossibilidade que para o autor também persiste entre os americano-africanos, retornados dos Estados Unidos em relação aos africanos da Serra Leoa e da Libéria. As recentes guerras civis nesses últimos dois países confirmariam dramaticamente esta realidade.

Através deste romance, Florent Couao-Zotti, à sua maneira, participa deste debate sobre a identidade cultural e sobre a identidade nacional. Interroga o passado, tão presente ainda, aborda a memória de cada grupo sem tabu, exorciza os velhos demônios ações que estima necessárias para imaginar as condições de uma identidade comum a construir a partir das identidades fragmentadas.

Em Ouidah, o bairro brasileiro agrupa centenas de famílias dos retornados, os Agoudas, que representa uma elite mulata, cada vez mais africana nos traços e na cor, que conserva uma identidade à parte na sociedade do Benin, cento e cinquenta anos, pelo menos, depois da chegada dos retornados. Constituem um verdadeiro clã, endogâmico e muito solidário, uma família extensa. Já não falam português, senão francês, desprezam as línguas africanas que mal entendem, são católicos, mais instruídos que os nativos, e ocupam posições de destaque na administração, na economia, na política, na hierarquia católica. Pretendem representar a civilização, ao lado dos africanos animistas, pouco instruídos que consideram como preguiçosos e bárbaros.

Esta separação entre as duas comunidades, embora em épocas diferentes, não difere fundamentalmente da realidade descrita por Ana Maria Gonçalves. Porém o romance de Florent Couao-Zotti não é um romance histórico, e o contexto é descrito sem a preocupação documental de Ana Maria Gonçalves.

Muitos episódios têm com cenário a Praça Chachá, o antigo mercado de escravos, mas nunca o papel do Agouda Francisco Félix de Souza e dos seus descendentes no comércio dos escravos entre Ouidah e Salvador da Bahia nunca é lembrado.

Nisto o romance difere profundamente da obra de Ana Maria Gonçalves que dedica ao Chachá e às elites brasileiras muitas páginas para ressaltar destarte o papel predominante dos “brasileiros” no tráfico de escravos. Cabe perguntar então, já que o romance trata do ressentimento dos Agoudas para

com os nativos, se o ponto de vista do autor não seria parcial, se não representa o desejo de exonerar os “retornados” e seus descendentes da responsabilidade que tiveram no tráfico.

Esta visão parcial da história não é, a nosso entender, a melhor maneira de exorcizar os velhos demônios. Contrasta em todo o caso com a iniciativa dos descendentes do Chachá que há quinze anos atrás criaram um museu na antiga residência do patriarca⁸.

A identidade cultural e comunitária porém aparece muito bem na descrição dos costumes dos Agoudas católicos: batizados, casamentos, enterros ... As grandes festas religiosas são seguidas por almoços, com pratos de sabor brasileiros: feijoada, muqueca, sarapatel, vatapá, fubá, acompanhados por sucos de fruta, vinho, cerveja e whisky – só faltam mesmo as batidas e as caipirinhas.

As festas reúnem grupos folclóricos que lembram o passado de Ouidah com ritmos e danças afro-brasileiras, máscaras de carnaval. É o famoso “bourignan”, “festa brasileira” que difere das tradições culturais dos povos da Costa do Benin. Descrições que interessarão a todos os que queiram estudar a permanência da cultura bahiana na Costa da Guiné.

Porém o que me parece mais importante na perspectiva que escolhi é salientar o fosso que continua existindo entre as comunidades, entre os nativos e os Agoudas.

A permanência dos Agoudas como comunidade deve-se principalmente à vontade coletiva de cultivar as diferenças em relação aos nativos. Neste aspecto o caráter endogâmico das uniões é fundamental e qualquer transgressão é considerada como uma traição pode levar à morte dos infratores. A sincera paixão de um nativo por uma Agouda não pode se traduzir pelo casamento dos dois o que significaria, simbolicamente, a diluição da comunidade Agouda em uma comunidade nacional indiferenciada. O suicídio dos amantes no fim do romance ilustra bem o fracasso programada da união.

Além desta bela história trágica o romance transmite uma visão pessimista da construção de uma sociedade reconciliada, precisamente por não ter havido, até hoje, o necessário trabalho de memória dos dois lados. Está longe de se realizar a bela utopia contida nas últimas páginas de *Um defeito de cor*, nas memórias da **Agouda** Kehinde/Luísa.

O romance de Tierno Monenembo, *Pelourinho*, publicado em 1995, escolhe outro enfoque: traça o caminho inverso daquele seguido pelos intelectuais e estudiosos brasileiros que, seguindo os passos de Pierre Verger, a partir dos anos 1960, viajaram ao Golfo da Guiné.

Tierno Monenembo imagina a viagem fantástica de um escritor-aprendiz a Salvador à procura de primos longínquos, descendentes de um rei mítico, Ndindi-Trovão, da tribo dos Malis. Esta figura fora do comum, verdadeiro carrasco dos outros povos vencidos e vendidos como escravos deportados para o Brasil, tinha decidido cumprir com a promessa de ser um escravo voluntário caso fosse vencido quer numa guerra quer por qualquer inimigo.

Segundo a lenda, lembrada pelos *griots*, não fora vencido pelos homens mas sim por um baobá que tivera a ousadia de derrubar. O “Escritor” parte à procura dos descendentes do rei que têm por característica comum uma enorme figa, marcada a ferro, no ombro. A originalidade do autor deste romance fantástico foi não o fato de não escolher um etnólogo, um jornalista como portador da lenda do Rei-Trovão, mas sim um aventureiro que não frequenta universidades, arquivos, museus, ou os círculos intelectuais bahianos. Ao contrário, mergulha fundo na sociedade marginal da Bahia: torna-se amigo de malandros, ladrões, traficantes, prostitutas, vendedoras de acarajé, cozinheiras, costureiras, e frequenta terreiros de candomblé ou faz parte de grupos de capoeira... Os cenários das aventuras do escritor são o Pelourinho, o Mercado Modelo, os bairros populares, as favelas, nunca os lugares requintados da sociedade burguesa da Bahia.

⁸ João Pedro Castanheira, Antônio Pedro Ferreira, “A dinastia Souza”, in *Expresso*, Lisboa, 19/01/2002

As aventuras do escritor são narradas pelo amigo bahiano, seu guia antigo na cidade de Salvador, um malandro sem escrúpulos, responsável pelo assassinato do herói da história, quando este estava a ponto de encontrar os famosos primos, conhecidos ladrões e facínoras da Bahia.

Não cabe aqui abordar todos os aspectos da evocação da Bahia de Tierno Monenembo. Ressaltemos contudo a relação com episódios de *Capitães de areia*, de Jorge Amado, através da criação de ambientes por um lado surrealistas e ao mesmo tempo tão fiéis à realidade, com toda a poesia e a sensualidade da Bahia combinam-se com elementos etnográficos colhidos pelo autor.

Tratarei portanto unicamente dos aspectos que me parecem mais ligados ao tema da identidade. Tierno Monenembo não tem a pretensão de escrever uma tese ou uma obra baseada em uma documentação cuidadosa dos usos e costumes, das tradições, das formas de pensar dos diferentes componentes da sociedade bahiana. Não se trata aqui de um romance histórico. Os delírios fantásticos do principal narrador, as aventuras no mundo marginal da Bahia afastam o romance dos padrões do romance histórico. Aliás a própria lenda que serve de motivo a viagem do candidato a escritor não parece ter fundamentos históricos. Porém, embora domine o ambiente fantástico, encontramos no romance vários aspectos que têm a ver com o nosso tema de estudo.

Primeiramente no que diz respeito à memória – o africano não se sente igual aos bahianos que frequenta, embora a cor da pele seja a mesma. O autor cria situações nas quais resalta a grande distância que existe entre a sociedade popular da Bahia e as sociedades africanas onde viveu o “escritor” antes de cruzar o Atlântico.

Com exceção do Preto Velho, o pai de santo, e alguns raros personagens, os bahianos parecem ter uma lembrança muito vaga e confusa do que pode ser a África e a cultura dos seus ancestrais. O único domínio comum, apesar dos sincretismos próprios das práticas religiosas, são os orixás e o candomblé. As línguas africanas foram esquecidas e as lendas não foram transmitidas ao longo do tempo que se seguiu à abolição da escravidão.

A lembrança da escravidão é também muito vaga na memória coletiva, embora seja lembrada por ocasião de uma festa meio religiosa, meio pagã com a representação teatralizada, canalizada dos castigos aos quais, no tempo da escravidão, eram submetidos os escravos.

Contudo, não aparece nunca no discurso do narrador uma problematização da escravidão, uma reflexão sobre a condição do negro na Bahia relacionada com o passado. A relação com a África não é prioridade para ninguém, a não ser para uma costureira, que, após uma viagem ao Golfo da Guiné, trouxera novas modas de vestidos que fazem sucesso na Bahia, graças ao caráter exótico das formas, coloridos e desenhos.

Através da música também as influências da moderna música popular africana aproximam os povos dos dois lados do Atlântico. Assim, por intermédio da lenda do rei Trovão, o “escritor” aborda de forma muito clara a responsabilidade dos reis e das elites africanas no tráfico dos escravos, sem tratar do tema da responsabilidade dos europeus no comércio transatlântico.

Porém se a lenda desperta certa curiosidade aos ouvintes, não desperta neles nenhuma reflexão. Até os primos longínquos, marcados pelo pai, com a famosa figa no ombro, só têm uma vaga memória dos acontecimentos do passado. Em todo o caso a própria personalidade desses marginais não poderia constituir a base de uma reflexão identitária.

Em resumo o romance de Tierno Moncobanto deixa claro o profundo distanciamento que existe entre a Bahia e a África Ocidental, pelo menos nas camadas populares que representam a imensa maioria da população. Podemos imaginar que, para os leitores africanos, o exotismo seria o principal interesse deste romance de aventuras.

Podemos concluir salientando que nos três romances existem alguns traços comuns que no meu entender são fundamentais:

1. A necessidade de interrogar o passado sem tabus e sem preconceitos para buscar identificar as responsabilidades dos africanos e dos europeus na escravidão e no tráfico.
2. A existência de dois mundos, de duas sociedades, da Bahia e no Golfo da Guiné que não comunicam e não se identificam. Ser “brasileiro”, retornado, negro ou mulato na África não faz dele um “africano”. A África mitificada não é a África real.
3. O brasileiro é visto como diferente e se comporta como tal, com espírito de superioridade. Aliado dos traficantes na época da escravidão, ele se tornou um aliado dos colonos europeus no fim do século XIX.

Podemos concluir afirmando que a oposição entre nativos e retornados tinha uma base cultural. O negro afro-brasileiro era portador de uma nova identidade, fruto da miscigenação cultural e racial, ao contrário do negro local que não se misturaram, nem física nem culturalmente, com os brancos. Portanto não pode existir uma única identidade negra, uma identidade pan-africana, transnacional, transétnica, mas sim uma grande diversidade de identidades cuja evolução é essencialmente autônoma, não podendo destarte servir de paradigma a qualquer projeto de construção identitária nela baseado.